

CASA FAMILIAR RURAL DE CAMETÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA.

Eraldo Souza do Carmo¹

Universidade Federal do Pará/NAEA
eraldo@ufpa.br

Maria Sueli Corrêa dos Prazeres².

Universidade Federal do Pará

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir acerca das contribuições da Casa Familiar Rural (CFR) de Cametá para a vida, formação/escolarização e trabalho dos sujeitos do campo cametaense. Em sentido específico objetiva analisar como se dá a participação dos sujeitos na dinâmica da CFR de Cametá; identificar os mecanismos para motivar a participação dos sujeitos e identificar as contribuições da CFR na visão dos sujeitos que participam direta ou indiretamente da experiência. O estudo seguiu a abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista Semi-Estruturada com jovens, pais, monitores, docentes, coordenação pedagógica, egresso, representantes dos movimentos sociais e membros da comunidade; e análise documental analisando o referencial que dá suporte legal à experiência, bem como cadernos dos alunos e documentos internos. O estudo permitiu por um lado, constatar que a experiência da CFR de Cametá é significativa para os sujeitos do campo, uma vez que os conhecimentos são organizados a partir da realidade dos mesmos. Nesse sentido, foi possível identificar que a proposta assentada na Pedagogia da Alternância pode ser uma alternativa educacional viável para o campo cametaense. De acordo com os sujeitos entrevistados existe um esforço para que haja a integração e a participação da escola/família/comunidade na dinâmica educacional da CFR de Cametá. Entretanto, apesar desse esforço existem inúmeros condicionantes que limitam e dificultam a participação dos sujeitos, dentre os quais a condição socioeconômica das famílias e da localização da escola distanciada dos territórios de moradia das famílias. Mesmo assim, há uma significativa contribuição da CFR para os jovens do campo cametaense uma vez que é vista como uma possibilidade de fortalecimento da educação do campo, do desenvolvimento das unidades produtivas com a introdução de técnicas ligadas à agricultura familiar e o fortalecimento da comunidade na luta pela legitimação dos direitos sociais. A pesquisa intencionou contribuir também com o Movimento Paraense Por uma Educação do Campo no sentido de reconhecer e problematizar as inúmeras experiências de educação gestadas no Estado do Pará pelos movimentos sociais, apontando elementos para o debate teórico acerca da educação para os povos do Campo.

Palavras - chave: educação do campo. pedagogia da alternância. participação social.

INTRODUÇÃO

A Educação ao longo dos anos sempre esteve presente nas retóricas dos governos e tem embasado discursos ideológicos que a colocam como instrumento fundamental para

1 Pedagogo, Especialista em Planejamento do Desenvolvimento da Amazônia e Mestre em Planejamento e Desenvolvimento. Professor da Universidade Federal do Pará.

2 Pedagoga, Especialista em Informática na Educação e Mestre em Educação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART). Atualmente é docente da Universidade Federal do Pará.

o desenvolvimento do país. Entretanto, essa perspectiva tem permanecido no plano das orientações, pois as insuficiências da educação ofertada para o meio rural são latentes. Isso por que como nos coloca Calazans (1993) as classes dominantes brasileiras sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. Assim, segundo a autora a educação no meio rural de forma tardia e descontínua.

Entretanto, esse retrato vem gradativamente sendo alterada ao longo dos anos. Desde o final da década de 1970 vem se fortalecendo no campo do Brasil inúmeras iniciativas oriundas dos diversos movimentos sociais que discutem a educação, em primeiro lugar, enquanto direito, depois como dever do Estado. Nesta perspectiva a educação deve ser universalizada de forma que possa atender todas as populações com suas diferentes especificidades.

Nas duas últimas décadas diversas entidades sociais entre elas Organizações - não governamentais (ONGs), associações, sindicatos rurais, assentamentos, as experiências as experiências dos Centros Familiares por Alternância (CEFFAS) os quais incluem as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas Familiares Rurais (CFR), dentre outras, que desenvolvem diversas experiências educativas seja fundamentada na concepção freireana, seja apoiada na proposta da Pedagogia da Alternância, procurando alternativas de educação aos sujeitos do campo.

Nossa pesquisa analisa em particular a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá que tem como suporte metodológico a Pedagogia da Alternância. Essa proposta tem sido utilizada por diversas entidades e se apresenta como uma das alternativas para a Educação do Campo.

2 UM POUCO SOBRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CASA FAMILIAR RURAL DE CAMETÁ.

A Pedagogia da Alternância tem origem na França em 1935 e tem como característica principal alternar tempo-escola e tempo-comunidade. De acordo com Queiroz (2002, p. 14) a Pedagogia da Alternância tem sido uma das muitas maneiras que os povos do campo têm encontrado para construir uma verdadeira educação do campo e fazem parte de um conjunto maior de movimentos e organizações que historicamente tem lutado contra a concentração da terra, do poder e do saber.

Esta proposta educativa veio de encontro aos interesses e anseios dos trabalhadores rurais que vinham reivindicando há bastante tempo uma proposta educacional que contemplasse os interesses do homem do campo. Em Cametá a discussão acerca de uma educação alternativa para os sujeitos do campo surge na década de 1990, a partir da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de Pescadores Z-16 e associações ligadas ao campo. Em 2001 temos a implantação da Primeira Casa Familiar Rural (CFR) em Cametá³ a qual se apresentava como alternativa para as insuficiências educacionais para os sujeitos do campo, depois propunha uma educação que realmente contemplasse a realidade e o modo de vida do cidadão cametaense.

³ Cametá pertence à Região Tocantina que compreende os Municípios de Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru. Conforme o último Censo (IBGE, 2007) corresponde a uma população de 110.323 habitantes, 43,5% residindo na área urbana e 56,5% no meio rural.

Atualmente o projeto já formou 04 turmas totalizando 75 alunos⁴. Nesse sentido, esta pesquisa problematiza quais as contribuições dos egressos da CFR de Cametá para o desenvolvimento das comunidades onde vivem. Assim se constituem questões norteadoras desta investigação: Que fatores levaram os movimentos sociais de Cametá a adotarem a CFR como proposta educativa para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais? Qual a importância da CFR de Cametá para as comunidades rurais ela possibilita formação para os jovens atuarem na agricultura familiar? Os jovens egressos estão incentivando outras práticas econômicas para o desenvolvimento das comunidades?

3 UM POUCO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Analisar a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância no contexto amazônico é singular, uma vez que pretendemos analisar como os egressos da Casa Familiar Rural de Cametá vêm contribuindo com o desenvolvimento local de suas comunidades. Para Abramovay (2005) uma política de desenvolvimento rural deveria associar valores ativos aos jovens – sendo uma das mais importantes, a educação de qualidade, em ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores, que façam do meio rural, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Assim, discutir desenvolvimento local perpassa por considerar a capacidade educacional das populações, a fim, de empoderá-las para que possam intervir na realidade de forma coerente no meio em que vivem.

Buarque (1999, p.139) ressalta que o desenvolvimento local é um processo endógeno existente em pequenas unidades territoriais e aglomerados humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, mesmo apesar de construir um movimento de caráter interno, o desenvolvimento local está inserido numa realidade mais ampla e complexa com a qual deve interagir e da qual recebe pressões e influências.

Costa (2005) aponta o desafio de um novo modelo de desenvolvimento em base agrária para a Amazônia que se caracterize por promover equidade e por apresentar maior esperança de sustentabilidade. Parte do princípio que o desenvolvimento local seja transversal tendo a responsabilidade de todos os atores sociais do meio como: pescadores, trabalhadores rurais, comerciantes, responsáveis políticos locais, comunidades e demais organizações que de forma horizontal busquem as soluções necessárias para a qualidade de vida da população.

Bourdin (2001, p. 29) destaca a ação local como uma “[...] resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”. A escala é, assim, reduzida, e a diversidade é alta, constituindo, em muitas situações, a diversidade em si uma força produtiva, uma qualidade econômica, uma capacidade dos sistemas produtivos aí desenvolvidos. Não há inovação, aqui, sem compartilhamento difuso do saber a ela associado. Além do mais, dificilmente se dá consistência às formas concretas desse projeto sem algum tipo de associativismo. A formação de capital humano e social é consequência quase mecânica, direta, do seu fortalecimento. Assim como a elevação da equidade social, posto que baseada em acesso

4 Dados fornecidos pela Casa Familiar Rural de Cametá (2007)

desconcentrado dos meios de produção, seu fortalecimento é, de modo direto, distribuição de renda (BOURDIN, Op. Cit.).

Assim, o desenvolvimento local se torna um desafio necessário, mesmo considerando que não existe uma definição universalmente aceita. Calvó (1999, p. 138) entende como “[...] o processo de desenvolvimento econômico aplicado a um território uniforme – cuja extensão é geralmente menor do que uma região – dirigida por diferentes agentes locais que cooperam entre eles”.

Para Bourdin (Op. Cit., p. 42 - 43) “[...] o local é um lugar privilegiado de manifestações [...] as estruturas antropológicas são principalmente um conjunto de representações e de códigos transmitidos pela prática, como os mitos se exprimem nos ritos.” Partimos do princípio de que o desenvolvimento local seja transversal, tendo a responsabilidade de todos os atores sociais do meio: pescadores, trabalhadores rurais, comerciantes, responsáveis políticos locais, comunidades e demais organizações que, de forma horizontal, buscam as soluções necessárias para a qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento local torna-se um processo nem só econômico, mas também humano, uma vez que prima pela liberdade, democracia, realização das pessoas, dos povos, etc. Calvó (Op. Cit.) enfatiza três importantes elementos para o desenvolvimento local:

1) [...] refere-se a um determinado território, em oposição ao global e tem um caráter mais prático do que teórico; tem uma proximidade maior com as pessoas e parte das bases, ou seja, dos beneficiários; 2) Deve facilitar oportunidades para compreender, principalmente aos jovens que são os atores do futuro; 3) Deve ser completo e integral, não pode estar isolado das realidades mais gerais, sejam elas regionais, nacionais ou internacionais, e deve estar inserido numa realidade global (p. 143 - 144).

Como se percebe, o desenvolvimento local deve potencializar a vocação econômica de um espaço geográfico, seguindo a lógica do micro para o macro, considerando a valorização do capital social e humano. É nesta lógica que a Pedagogia da Alternância se insere enquanto uma metodologia inovadora, que vem buscando tornar a educação um instrumento de transformação social para as comunidades rurais, a fim de apresentar outras perspectivas de vida para os jovens do campo.

Calvó (Op. Cit., p. 137-138) destaca, por um lado, que o CEFFA “permitirá que o jovem adquira as competências necessárias no exercício da sua profissão para desenvolver seu projeto”, por outro, que o “espírito empreendedor deverá ser exercido num contexto determinado em seu próprio meio, fazendo do jovem um verdadeiro ator e autor do desenvolvimento local.

A partir destes princípios e olhar de vários autores, podemos compreender os motivos que levaram o STR de Cametá e a Colônia dos Pescadores Z-16 a priorizarem a CFR como modelo educativo para seus filhos. Para estes sujeitos, a proposta propicia através de sua metodologia uma relação teoria e prática, numa perspectiva que a educação é vetor para o desenvolvimento, assim como é também um processo indutivo de organização social e reflexão crítica do meio, o que vamos perceber de forma mais evidente no item a seguir, quando apresentaremos de forma mais detalhada a CFR de Cametá.

Neste sentido, o desenvolvimento local torna-se um processo não somente econômico, mas principalmente humano. Nesta perspectiva o desenvolvimento local deve potencializar a vocação econômica de um espaço geográfico, seguindo a lógica do micro para o macro, considerando a valorização do capital social e humano onde não se pode perder de vista a política de educação que vem se estabelecendo para os povos do campo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa seguem em direção abordagem qualitativa. Para Minayo *et al* (1994, p. 21) “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com significados, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”.

No âmbito da pesquisa qualitativa esta investigação configura um Estudo de Caso, uma vez que, suas características se enquadram melhor com a temática em estudo. De acordo com André (1995) este busca entender um caso particular levando em conta seu contexto, sua complexidade, assim como, sua totalidade, pois busca descobrir novas hipóteses teóricas, relações e conceitos sobre um determinado fenômeno quando se quer retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu conhecer local.

A Pesquisa Bibliográfica nos auxiliou no aprofundamento teórico da pesquisa através de leituras, resenhas e sistematizações de indicações bibliográficas relacionadas à problemática estudada, adotaremos a análise documental, quando poderão ser analisados os documentos que sejam considerados relevantes. Segundo Ludke e André (1986) constitui-se num rico instrumento de pesquisa, pois fundamenta afirmações de outros autores que sejam utilizados.

Por fim, adotamos a Entrevista semi-estruturada. Seguindo estas orientações buscamos os sujeitos que tem mais informações sobre as ações desenvolvidas pela CFR de Cametá desde a sua inauguração. Assim selecionamos 10 (dez) ex – alunos, por serem os principais sujeitos da pesquisa e 10 (dez) pais de alunos. Estes sujeitos são considerados importantes por participaram da construção do processo pedagógico e gerenciamento do projeto, pois conhecem os avanços e desafios da proposta metodológica, assim como, da administração da casa. Para a análise dos dados intencionamos recorrer à técnica indicada por Bardin (1977, APUD CHIZZOTTI, 1991) denominada de análise de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo teve como objetivo analisar a replicação dos conhecimentos dos egressos da Casa Familiar Rural nas comunidades rurais que ficam no entorno da BR 422 no Município de Cametá. A pesquisa nos possibilitou várias reflexões sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos do município, que nos permitiram uma compreensão mais aguçada da luta política e social que os trabalhadores e trabalhadoras vêm travando para atender suas reivindicações.

Podemos perceber que os trabalhadores rurais e pescadores do Município de Cametá são uma das principais referências dos movimentos sociais do campo da Região Tocantina e vêm contribuindo significativamente na formulação e proposição das políticas públicas. A população estudada demonstra um bom nível de compreensão sobre as suas possibilidades e o papel diante do Estado. De acordo com a análise que realizamos sobre a perspectiva de vários estudiosos que discutem a Pedagogia da Alternância, podemos inferir que ela viabiliza mais que um processo de escolarização. Ela concebe a formação dos sujeitos a partir de sua realidade, numa relação permanente entre família e escola, utiliza a propriedade para realizar as experiências teóricas, consegue proporcionar aos jovens o vínculo com a terra e despertar seu interesse pelo trabalho da agricultura e outras funções inerentes ao campo. Com isso, ela é um instrumento significativo na formulação de um plano de desenvolvimento local. Ela viabiliza uma articulação do local com o global.

Parte de uma perspectiva da sustentabilidade social, política, cultural e ambiental e busca trabalhar no processo formativo dos jovens estes princípios. Conforme alguns documentos que analisamos da CFR de Cametá, tais como plano pedagógico e plano de estudo dos jovens, fica a preocupação com a sustentabilidade das comunidades. Este modelo educativo, priorizado pelo Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Cametá e Colônia dos Pescadores Z-16 na visão de pais e egressos, além de possibilitar a educação e trabalho, proporciona novos valores para os jovens, como: a importância da participação na organização das comunidades, mudança no comportamento familiar, planejamento e respeito com o meio ambiente.

Para os sujeitos contemplados com a proposta educativa da CFR, ela se diferencia da escola formal porque valoriza os conhecimentos que possuem, viabiliza o diálogo entre os jovens e a família. De forma sintética enfatizaram que é uma escola para educar os filhos dos trabalhadores rurais. Podemos perceber isso durante várias entrevistas com a maioria dos pais e alunos: falavam com emoção e um sentimento de pertença da CFR. Destacaram que é um projeto para atender as necessidades dos filhos dos trabalhadores e que está oferecendo uma formação que proporciona aprofundarem os conhecimentos técnicos com a agricultura.

A CFR de Cametá tem um significado simbólico para os agricultores e pescadores artesanais, por ser o resultado de uma intensa luta. Ela não surgiu do acaso, concretiza um projeto educacional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia dos Pescadores Z-16 que sempre idealizaram uma escola onde pudesse ser também a casa de moradia dos jovens, uma vez, que pela falta de educação nas suas comunidades, ficavam sem poder educar seus filhos: os que podiam mandar para a cidade, iam para casa de parentes ou conhecido, o que sempre era um transtorno para os pais, pois perdiam o controle da educação do lar, muitos abandonavam a escola, envolviam-se com drogas, violência, as meninas engravidavam, enfim, na casa estes problemas não parecem ser preocupação para os pais, já que confiam extremamente nos administradores da casa, ao contrário quando falam dos filhos que estudam nas escolas formais.

Neste sentido, podemos compreender a importância que a CFR de Cametá representa para as comunidades rurais. Os pais vêm na casa um lugar seguro para seus filhos estudarem,

além de verem a proposta educacional sobre uma nova perspectiva, uma vez que os conteúdos trabalhados na formação é “o conteúdo” da vida cotidiana de cada trabalhador e trabalhadora rural, o que causou certa novidade e um ar de espanto sobre a forma de educar da casa para um pai de aluno, destacado durante a entrevista: “[...] eu pensava que era um estudo diferente, [...] eu pensei que não era estudo e trabalho [...] quando acaba foi como aprender **a trabalhar** com os pais [...], na agricultura,[...] a formação que ele está aplicando até então é no nosso serviço [...]”. Com isso, permite-se perceber que o significado para as comunidades também está na sua metodologia, uma vez que os pais vão aprendendo as técnicas agrícolas com os filhos durante os experimentos na propriedade dentro de um movimento que é dialético.

Quanto ao processo da reaplicação dos conhecimentos dos egressos nas propriedades, podemos dizer que esta seria a concretização maior vislumbrada pelo sindicato e Colônia dos pescadores na essência do projeto, para que pudessem empreender e estimular novas dinâmicas nas comunidades, a fim de promover o seu desenvolvimento. Para isso, os jovens teriam que retornar para as propriedades rurais com suas famílias, o que tem sido o grande desafio, pois este movimento não vêm acontecendo na sua totalidade; alguns, após o processo formativo, fixaram residência na cidade para continuar os estudos no ensino médio, uma vez que a CFR oferta até a 8ª série do fundamental. Segundo os pais, quando são solicitados para realizarem alguma orientação técnica nas propriedades ou comunidades estão sempre dispostos; outros, nos finais de semana, sempre retornam para as famílias e assumem o papel de verificar as plantações. Há outros que optaram em continuar na cidade para atuarem em outras atividades de trabalho, como mototaxista e emprego no comércio. Há também egressos em torno de 08 (oito) que estão estudando em escolas técnicas, como a de Castanhal e 01 (um) da Comunidade de Jorocazinho foi cursar o ensino médio em uma Casa Familiar Rural no Estado do Piauí.

A justificativa principal dada pelos pais, lideranças sindicais e direção da CFR sobre o não retorno para as propriedades está aliada à necessidade de os jovens continuarem seus estudos, o que, por um lado, é extremamente positivo, uma vez que a CFR desperta este interesse nos jovens pela educação; por outro, como a escola formal trabalha sobre uma outra lógica, pois já não permite este movimento da alternância, muitos vão perdendo o contato com a propriedade e o gosto pela atividade agrícola como destacou um dos pais entrevistados.

Nas comunidades da área da estrada, foco de análise dos 21 alunos que se formaram na no período de 2001 a 2004, cerca de 70% dos egressos permanecem em suas propriedades com as famílias e vêm implementando as práticas agrícolas sob a orientação das técnicas aperfeiçoadas durante o processo formativo na CFR de Cametá. Na opinião, seja deles como dos pais, isso contribuiu para terem uma produção maior e com mais qualidade nos períodos de safra, já implementam outras culturas nos pimentais e nas roças de forma organizada, com espaçamento adequado, tempo de plantar cada uma, tipo de adubação, quantidade de adubo para cada pé de planta, o tempo certo da colheita, etc.

Atualmente alguns egressos realizam com os pais a contabilidade de toda a produção da safra, a fim de identificarem o custo benefício dos investimentos de cada uma das atividades

plantadas, o que, segundo a Sr^a Maria Clara, mãe de um egresso entrevistado, antes não havia esta preocupação, com isso não sabiam se tinham lucro ou prejuízo. Ou seja, percebemos que os conhecimentos adquiridos estão sendo significativos para as famílias, assim como para os jovens, pois destacaram que há um aumento da produção agrícola, com novas culturas agrícolas sendo incorporadas nas propriedades; ou seja, pelos depoimentos que colhemos através das entrevistas há uma nova dinâmica produtiva e relações sociais nas propriedades e comunidades.

Mas, embora a produção venha melhorando, o crescimento da renda não é proporcional. Talvez isso seja contraditório. Mas, por conta da falta de uma política agrícola do município e de abertura de mercados para comercialização em maior escala, comercializam a produção nas feiras da cidade ou vendem para atravessadores a baixo custo. A falta de abertura de ramais e manutenção dos já existentes para facilitar o escoamento da produção, a falta de energia, pois, não há como armazenar a produção de frutas, ou seja, a falta destas estruturas, ocasiona prejuízos para os agricultores, sendo obrigados a reduzirem o plantio e investimentos.

O desenvolvimento para estas comunidades não depende apenas da qualificação e capacidade de produção dos trabalhadores, outras políticas são necessárias para darem suporte ao sistema produtivo. A questão do transporte, conforme a atual situação dos ramais, foi uma das dificuldades levantadas pelos egressos como cruciais para frear a produção: “não adianta produzir muito, temos dificuldade para transportar e vender”; “tem produção de fruta que desperdiça”, destacou um dos egressos entrevistados, o que desestimula todo um trabalho planejado. Um dos pais entrevistados destacou que talvez a necessidade de o jovem migrar para a cidade são as condições estruturais de trabalho na agricultura, que ainda são muito pesadas. Enfatizou que atualmente existe muita tecnologia que pode ser utilizada para o trabalho da agricultura familiar, mas infelizmente não têm acesso: “os jovens de agora não querem mais se submeter ao trabalho forçado como fizemos no passado”, finalizou.

Outra dificuldade destacada pelos egressos e reforçada pelos pais para implementarem novas práticas econômicas nas propriedades foi recurso, o crédito, na agricultura familiar. Para a maioria das atividades serem viabilizadas há necessidade de aporte financeiro. Enfatizaram que muitos experimentos que gostariam de desenvolver dentro das orientações técnicas, como a criação de frangos, suínos, as hortas comunitárias, Sistema Agroflorestal (SAFs), não fazem por falta de estruturas. Ficou entendido que o sistema de produção através da utilização das técnicas que adquiriram na CFR é o grande estimulador e mais rentável para os trabalhadores, no entanto falta capacidade financeira para as famílias desenvolverem esses projetos.

Estas famílias residem em comunidades bastante simples; no entanto, podemos perceber durante as visitas para as entrevistas que elas não possuem uma estrutura financeira do mesmo nível, há umas que sobressaem sobre as outras, há residências mais estruturadas, têm uma propriedade produtiva maior, possuem motor para gerar energia elétrica, casa de farinha no quintal, televisor, geralmente são as que possuem uma área de terra maior e estão há mais tempo no lugar. Nestas famílias, os egressos conseguem desempenhar mais experimentos e vivem em condições de vida melhor. São as contradições sociais que se refletem também no campo.

Como já foi destacado nesta pesquisa, a CFR de Cameté foi resultado de uma articulação das duas principais forças sindicais do município, o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16, que visavam a ter um sistema educativo que formasse os jovens para contribuir nas propriedades rurais a partir de suas realidades sociais. Pelo que podemos perceber, a ação destes dois sindicatos se deu de forma mais incisiva até o processo de implantação da casa, inclusive com a doação do terreno para a construção da casa pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Atualmente a participação destas entidades na casa se restringe aos eventos e a algumas reuniões, como convidados, o que evidencia que ambas não tinham uma estratégia definida com o projeto educativo, pensado e implantado por força de suas organizações, para que ao final do processo formativo dos jovens fossem incorporados em uma ação mais eficaz nas propriedades e comunidades. Talvez seja esta a justificativa para que cada egresso tenha seu trabalho voltado para suas famílias. Segundo os pais, a direção da CFR e a coordenadora da APACC, até o momento não existe nenhum trabalho específico de acompanhamento com estes sujeitos para terem uma visão sobre a eficácia deste projeto.

Compreendemos que o movimento social têm outra dinâmica organizativa, mas importante terem seus planejamentos que possam apontar novos rumos e tenham estratégias definidas para saberem como utilizar os resultados produzidos nos projetos investidos. O que se evidencia é que ao final do processo formativo a CFR esta se tornando como a escola formal, promoveu escolarização dos jovens. De agora em diante cada um procura seu caminho.

Como já apresentamos, a área da estrada nas três primeiras turmas teve 21 jovens formados na CFR. No período em que estávamos fazendo a coleta de dados, formou-se uma turma e saíram mais 04 (quatro); ainda há uma turma que iniciou no ano de 2007. Ou seja, pela representatividade de egressos que tivemos contato podemos avaliar a capacidade de ação que possuem nas atividades da agricultura familiar pelos conhecimentos adquiridos; podemos destacar que a formação que receberam soma-se ao capital humano já existente nesta área, capaz de contribuir na formulação de um plano de desenvolvimento local para as comunidades.

Evidente que esta não é apenas uma tarefa do movimento social do campo, como o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16, até porque não são gestores das políticas públicas, são agentes mobilizadores. Neste sentido, junto com os governos podem construir uma proposta de desenvolvimento local de forma endógena. Faço esta reflexão para destacar que a CFR é uma proposta viável de educação para os sujeitos do campo, por contribuir na formação e otimização do capital social e humano.

Importante destacar é que esta experiência educativa é positivada pelos jovens e pais. Destacamos que os egressos do entorno da BR 422, em sua maioria, retornaram para as propriedades rurais com suas famílias, reaplicando os conhecimentos adquiridos dentro de suas limitações e prioridades. No entanto, é necessário superar a atuação dos egressos apenas na família e socializar o aprendizado com toda a comunidade, principalmente porque são poucos jovens contemplados por turma, se considerarmos o universo de jovens no município.

Para que os egressos tenham uma ação mais eficaz no desenvolvimento das comunidades, faz-se necessário o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16 repensarem a estratégia inicial quando projetaram que a CFR seria um instrumento importante de luta, não só de escolarização dos jovens, mas contribuiria na formação do capital humano das comunidades para fortalecer a organização social para construção de políticas públicas para o campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Artigo. **Juventude Rural: Ampliando as oportunidades**. <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>
- ANDRÉ, Marly Eliza D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Papyrus, 1995.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. (2007).
- BUARQUE, S. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. 1999. IICA Recife.
- BOURDIN, Alain. **A questão Local**. REIS, Orlando dos Santos (Trad). Rio de Janeiro: D&PA, 2001.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a Educação do Estado no meio rural**. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords). Educação e Escola no Campo. Campinas: Papyrus, 1993.
- CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância. Salvador: [S. l.], 1999
- COSTA, Francisco de Assis. **Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia**. Revista Estudos Avançados, 19 (53). USP/IEA. São Paulo, jan/abril 2005.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. EPU. São Paulo: 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Otavio Cruz. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes, 2002.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável**. II Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância. Brasília, 2002.